

Dicas para o Segundo Ciclo do Ensino Fundamental - junho-2010

Maria do Carmo Brant de Carvalho, Maria Amabile Mansutti - Cenpec

Preâmbulo

Peculiaridades do primeiro e do segundo ciclo do Ensino Fundamental

Temos constatado que o primeiro ciclo (ou séries iniciais) do Ensino Fundamental apresenta resultados de aprendizagem mais satisfatórios do que o segundo ciclo – séries finais¹. Em parte, isso se deve à estrutura organizacional do primeiro ciclo. Nele atua um professor por turma /sala de aula; os alunos, na maioria crianças, estão em fase de namoro com a escola, plenos de curiosidade e criam vínculos relacionais com seu professor, tomando-o como bússola orientadora e reguladora de seu aprendizado.

Já no segundo ciclo tudo muda abruptamente. O ensino, majoritariamente gerido pelos governos estaduais, é organizado num conjunto de disciplinas ministradas por professores especialistas que partem da suposição de que o aluno já se alfabetizou e adquiriu trânsito mais competente na leitura e escrita, além de dispor de maior autonomia para aquisição de novos conhecimentos e desenvolvimento de competências. Os sujeitos da aprendizagem não são mais as crianças e sim os pré-adolescentes, adolescentes e até jovens.

Em qualquer escola pública, a passagem do 5º para o 6º ano é tida como uma experiência peculiar e significa ruptura na vida escolar. O 6º ano em particular, momento em que se concretiza essa ruptura, vem sendo apontado por professores como um dos maiores desafios no Ensino Fundamental, quando são vividas cotidianamente grandes dificuldades, parcamente enfrentadas de fato.

Entre diversos fatores, dois concorrem para explicar essa situação de ruptura: a passagem da etapa da infância para a adolescência e a convivência do aluno com uma nova organização escolar.

¹ A experiência do Cenpec¹ tem mostrado que alunos até o 5º ano apresentam igual ou melhor desempenho do que os alunos de 6º ano, no que se relaciona à produção de textos escritos.

O aluno adolescente

Hoje não dispomos de marcas para indicar os limites entre infância e adolescência. Até pouco tempo atrás, os diplomas conferidos pelo cumprimento dos ciclos da escolarização eram tomados pela sociedade como símbolos de passagem e sinalizavam uma certa mudança de *status*. Hoje essas marcas estão diluídas, o que dificulta estabelecer quando termina a infância, quando inicia a adolescência.

Embora haja diferentes interpretações, uma visão ainda predominante considera que a adolescência corresponde a um período de transição, situação de passagem que antecede a vida social plena. Como período de transição parece ser incompleto, uma vez que os adolescentes ainda são dependentes do mundo adulto e não têm hábitos e valores sociais solidificados.

Do ponto de vista dos adolescentes a vida é o tempo presente. Mudanças físicas, emocionais e psicológicas, a conquista de novas competências e maior liberdade ampliam sua visão de mundo, provocam fascínio pelo novo momento de vida, repercutem fortemente no comportamento e trazem expectativas relacionadas à vida afetiva, à sexualidade e à necessidade de liberdade. A intensidade dessas descobertas leva a uma extrema valorização do convívio entre pares, fazendo com que a sociabilidade ocupe posição central na vivência de adolescentes. Grupos de amigos são espaços importantíssimos em que adolescentes vão buscar respostas para suas questões.

Tais peculiaridades muitas vezes são ignoradas pela família e pela escola, em prol da idéia de que é preciso preparar os adolescentes para a vida adulta. Pouco se pergunta sobre o que eles necessitam agora em termos de vivências e valores a serem privilegiados em sua formação. Também são pouco consideradas as potencialidades dessa fase da vida – intensas capacidades de envolvimento/entrega, de questionamento/crítica e de reflexão, somadas ao dinamismo e ao entusiasmo.

Por desconsiderar peculiaridades e potencialidades desse momento da vida dos alunos, ou mesmo reduzi-las a aspectos negativos, a escola acaba perdendo a capacidade de diálogo com os adolescentes e não consegue promover, de maneira consistente, o tão almejado preparo para a vida adulta.

Apoiar a construção da identidade do adolescente demanda entender quais esferas da vida são significativas para ele. Neste sentido, são as experiências socioculturais locais e globais, o campo de escolhas que se apresenta ao indivíduo, a identidade vivida mais como

ação do que como situação que ampliam a esfera de liberdade pessoal e o exercício da decisão.

Quando a escola se afasta destas questões e deixa de ser um espaço de referência para os alunos - sobretudo para os que vivem em situação de maior vulnerabilidade - ela perde sua função. Deixa de ser formativa no sentido de ajudá-los a construir um projeto de vida. Um projeto que não se relaciona apenas a um futuro distante, mas implica um posicionamento no presente em relação ao meio social em que eles se inserem, à realidade com a qual se deparam e aos meios que encontram para lidar com o cotidiano.

A organização escolar

A passagem do primeiro para o segundo ciclo marca o início da convivência do aluno com uma organização institucional desconhecida: horário compartilhado por diferentes matérias e professores, níveis de exigência distintos, posições variadas quanto à conduta em sala de aula e à organização do trabalho escolar; diferentes concepções quanto à relação professor-aluno e mesmo quanto ao ensino e à aprendizagem.

Acentuando esse descompasso, a organização curricular do segundo ciclo rompe com o que vinha sendo desenvolvido anteriormente, pois os conhecimentos passam a se dividir em disciplinas distintas, abordadas de forma isolada. Professores dessas disciplinas, de modo geral, avaliam que os alunos vêm do ciclo anterior com um domínio de conhecimentos muito aquém do desejável.

A falta de uma análise mais consistente de como se dão o ensino e a aprendizagem no primeiro ciclo leva a uma repetição de conteúdos ou à introdução de conteúdos novos sem vínculos com o que já foi estudado. Assim, os estudos começam a se configurar para os alunos como algo sem sentido, que foge de sua possibilidade de compreensão, com pouca utilidade prática. Essa situação acaba por gerar representações e sentimentos que se concretizam no divórcio entre o aluno e o sentido do conhecimento. Se o aluno não reconhece o valor do conhecimento, que é o principal elo entre professor e aluno, que importância a escola pode ter para ele?

A convivência com vários professores e orientações distintas faz com que os alunos percam sua bússola orientadora e passem a ter dificuldades de estabelecer vínculos para ganharem segurança de percurso.

Com isto, também vemos comprometida a capacidade formativa da escola em contribuir na construção da identidade e do projeto de vida de seus alunos, agora adolescentes.

A construção da identidade dos alunos torna-se um processo particularmente crítico no segundo ciclo, período de vida marcado por transformações físicas e percepção de diferentes modos de ser, possibilitada pela ampliação da autonomia, pela ampliação dos espaços de circulação e pelo desenvolvimento da capacidade reflexiva, que por sua vez afetam a compreensão dos adolescentes sobre o mundo em que estão vivendo.

A intensa velocidade das informações faz com que eles entrem em contato e, de alguma forma, interajam, simultaneamente, com dimensões locais e globais, mesclando singularidades e universalidades. Isso interfere diretamente nos seus processos de identificação, gerando uma tensão permanente diante da questão: “quem sou, por onde e para onde vou”.

Essa tensão se acentua nas séries finais do Ensino Fundamental quando a maioria dos alunos começa a se preocupar com a continuidade dos estudos e o futuro profissional. Muitos já trabalham e assumem responsabilidades perante a família; para uma significativa parcela deste grupo, o término da 8ª série marca o encerramento da vida escolar. Os que pretendem continuar os estudos terão que disputar uma vaga no Ensino Médio e, muitas vezes, conjugar trabalho e estudo - para estes o acesso à universidade é mais uma promessa do que possibilidade de concretização.

O cotidiano dos professores que atuam no segundo ciclo não permite uma visão mais otimista. Profissionais nem sempre bem sucedidos, solitários, desestimulados frente à precária valorização profissional, são receptáculos de críticas e acusações. Incomodados com a falta de solução para suas dificuldades cotidianas, embora se mostrem ávidos por mudanças e queiram romper com a ineficiência de uma prática que se repete, desconhecem alternativas à rotina que lhes é imposta. Muitas vezes, resistem quando idéias inovadoras lhes são apresentadas.

Atitudes assumidas no exercício da docência têm origem na formação inicial. A orientação bacharelesca e enciclopédica dos cursos de licenciatura não forma professores especialistas para atuarem no Ensino Fundamental. Forma professores de Português, História, Geografia, cujo maior legado consiste em dominar os conhecimentos referentes à sua disciplina. Sem falar da precariedade dos estágios.

O reflexo desta situação revela uma cultura escolar centrada no ensino vertical, no verbalismo, no conhecimento proveniente da autoridade do professor ou do livro didático. Monotonia e repetição impulsionaram a atividade educativa para um plano secundário e obscuro, no qual conteúdos a serem ensinados e disciplina na sala de aula têm sido os principais destaques, numa ordem prioritária de grandes desafios a serem enfrentados.

Em síntese:

É prioritário resgatar a **função pedagógica da escola, ressignificando para alunos e professores o valor do conhecimento e da aprendizagem.**

Grande parte dos alunos que vivem em situação de vulnerabilidade não é sensível à lógica da organização escolar. Não só à lógica da instituição, mas também a valores, propósitos e conhecimentos veiculados pela escola e, por conseguinte, ao próprio ato de ensino-aprendizagem.

Diante disto, a escola precisa conceder uma grande atenção à relação dos alunos com o conhecimento, questão essa que passa pelas práticas de ensino cotidianas e que em última instância constituem o coração escolar. É bem raro encontrar alunos indisciplinados ou violentos entre os que acham sentido e prazer na escola – esta é uma afirmação que faz recair uma pesada responsabilidade sobre os professores, mas que também lhes atribui maior dignidade profissional.

A sociedade brasileira tem uma dívida histórica com as populações pobres. E se entendemos a escola como a instituição que efetivamente pode contribuir com a democratização de oportunidades e promoção da igualdade, cabe a ela o importante papel de reverter os fatores de exclusão gerados no seu próprio bojo: abandono, repetência, distorção idade-série, baixo letramento.

Dicas

1. Ampliação e consolidação de competências e habilidades de letramento: ênfase no aprendizado da leitura e da escrita

Resultados mais recentes do Saeb constatam que aproximadamente um terço dos alunos do segundo ciclo encontram-se nos estágios ‘muito crítico’ e ‘crítico’ em relação às competências fundamentais na Língua Portuguesa. Isso significa que esse grupo não possui habilidades de leitura exigíveis para a escolarização completa no Ensino Fundamental, ou tem desenvolvido habilidades de leitura aquém das propostas para a 8ª série (9º ano). São alunos que, de certa forma, encontram-se numa situação de “exclusão”, ainda que estejam freqüentando a escola.

A esse respeito, para o Saeb, há um número elevado de alunos que está concluindo o Ensino Fundamental em nível de letramento abaixo do esperado – somente cerca de 10% dos alunos brasileiros apresentam habilidades de leitura compatíveis com a terminalidade do curso.

Temos, a cada dia, mais certeza de que incluir crianças e adolescentes no século XXI exige o desenvolvimento de competências de interlocução e de interação e domínio da leitura e da escrita da língua materna em vários suportes – gêneros e linguagens. Para nós esta é a tarefa primordial das escolas de Ensino Fundamental.

O aprendizado da língua se faz falando, expressando, comunicando, dominando a leitura e a escrita em diferentes gêneros textuais presentes em todas as disciplinas curriculares. Professores de Matemática, História, Geografia, Educação Física precisam priorizar a compreensão dos textos que utilizam, por meio do diálogo, da comunicação oral e do exercício da leitura e da escrita. Com isto, estarão contribuindo para garantir a consolidação das habilidades de letramento e favorecendo ganhos de autonomia para que os alunos busquem novos conhecimentos e possam fazer a autogestão de seus aprendizados.

2- Propor novos arranjos organizacionais

Novos arranjos organizacionais da escola implicam repensar tempos e espaços de convivência e de aprendizagem; rever a estrutura seriada, a composição de turmas, o número de alunos por classe, o tamanho da escola; modificar os tempos de duração da aula e adotar aulas “dobradas” – experiência constatada como bastante positiva por muitas escolas de Ensino Fundamental.

Experiências com tutoria também se configuram como boas alternativas, tanto as que instituem um professor tutor por turma - especialmente para as de 6º e 7ºanos, quanto as que estimulam a tutoria de alunos mais avançados para apoiar alunos com dificuldades de aprendizagem. A SEE de São Paulo desenvolve um projeto no qual um jovem tutor pode trabalhar com até quatro alunos no contraturno.

O tamanho das escolas, por sua vez, está sendo colocado como um dos fatores que concorre para um melhor ou pior desempenho dos alunos – a experiência de reestruturação das escolas públicas de Nova York tem mostrado a importância deste fator (escolas menores) para uma melhor organização e desempenho da aprendizagem.

3 - Rever arranjos curriculares e educativos

Estudos comparativos² mostram que os currículos brasileiros são muito extensos em conteúdos e que, de modo geral, a aplicação dos mesmos em sala de aula ocorre de forma bastante superficial. Tal constatação mostra que é necessário rever as orientações curriculares. Isso implica propor novos objetivos de aprendizagem, novos critérios para selecionar e organizar conteúdos escolares e procedimentos de ensino compatíveis com novas formas de aprender, impostas pelo mundo contemporâneo. Novos arranjos curriculares implicam romper com práticas pedagógicas centradas no recorte das disciplinas, na exposição oral, no uso exclusivo do livro didático.

A sociedade atual vive um processo acelerado de transformações no qual se entrecruzam informações tecnológicas e socioculturais que repercutem em todos os planos da vida social. Uma forte marca dessa sociedade é a democratização de fluxos e a quantidade de informações e conhecimentos disponíveis para a maioria. Tais condições têm feito com que as novas gerações desenvolvam uma nova racionalidade cognitiva que não obedece a sequências lineares centradas num único foco; ao contrário, geram um pensamento descentrado, difuso e dialógico.

Não é mais suficiente que a escola apenas disponibilize e transmita conhecimentos. **Hoje sua função primordial é organizar conhecimentos e ampliar oportunidades de aprendizagem** para seus alunos, dentro e fora da escola, contando para isso com recursos da tecnologia e da comunicação. Assim, é fundamental:

- Garantir patamares comuns de conhecimento para que todos os alunos tenham verdadeiramente sucesso;
- Lançar mão de mecanismos de diferenciação pedagógica para romper com a homogeneização;
- Ser um local onde os alunos aprendam a estudar e aprendam a trabalhar coletivamente.

4. Investir no Projeto Político Pedagógico da escola

O PPP é a oferta educativa de cada escola para seu público particular. O projeto de cada escola reflete sua intencionalidade pedagógica e apresenta respostas singulares às demandas e necessidades locais.

² Demonstrado por Martin Carnoy em *A Vantagem Acadêmica de Cuba* - Fundação Lemann/2009

A partir de um diagnóstico apurado, o PPP formula e orienta os planos de trabalho do diretor, coordenador, professores, equipe de apoio e define metas e resultados a serem atingidos a curto e médio prazo.

Debater o PPP com alunos, famílias e organizações do território; buscar consensos e pactos legítimos entre estes atores confere legitimidade ao projeto, assim como oferece um plano de atuação sujeito à participação e ao acompanhamento pelos pais e comunidade.

Como guia efetivo das ações da escola o PPP precisa indicar metas de aprendizagem, metas de melhoria da qualidade da convivência escolar, metas de conforto ambiental e estético; metas de abertura para famílias e comunidade.

Entretanto, definir metas não é suficiente. É preciso ainda escolher estratégias de ação; procedimentos que potencializem insumos positivos, disponíveis dentro e fora da escola.

5. Gestores de escola mais bem preparados

A gestão escolar não é construção individual. Mobiliza construção coletiva; é exercício da política. É processo e não apenas resultado; é produto da articulação intencional de conhecimentos, tecnologias, habilidades e atitudes.

No âmbito da escola não há separação entre função pedagógica, social e administrativa. Elas são interdependentes e regidas pela sua missão que é educar. Para um diretor nem sempre é fácil atender a esta equação gestora. De modo geral, as questões administrativas o absorvem de tal forma que ele acaba abdicando das questões pedagógicas e delegando-as para o coordenador. Quando o diretor assim procede é fatal que se instalem fissuras e fragilidades em sua forma de gestão. O diretor tem autoridade reconhecida por suas equipes em todas as dimensões do trabalho escolar e não pode deixar de exercê-la ou delegá-la para outros.

Embora o coordenador pedagógico tenha mais clareza sobre sua atuação como apoiador e formador de professores, no que se refere às questões de concepção e organização pedagógica da escola, nem todos cumprem a contento essa função, sendo muitas vezes também desviados para as tarefas administrativas.

Particularmente no segundo ciclo, integrado por diferentes professores e organizado em várias disciplinas, cabe ao coordenador – e também ao diretor - um papel destacado de

promover articulação entre os docentes e auxiliá-los a estabelecer conexões entre os conteúdos de suas disciplinas de forma a garantir alguma coesão/articulação entre elas.

6-Gestão escolar como supervisão pedagógica e de apoio ao professor em sala de aula

Em geral, o professor atua com muita autonomia em sua rotina de sala de aula. Em muitos casos essa autonomia parece ser mais uma situação em que se vive o abandono do que o exercício da capacidade de gerenciar, com conhecimento e competência, o processo de ensino aprendizagem.

É preciso que o professor seja apoiado na elaboração de seu plano de trabalho para que efetivamente desempenhe a parte que lhe cabe no PPP. Para tanto, ele **precisa ser assessorado na definição de metas de aprendizagem de curto prazo (bimestral) e médio prazo (anual), na preparação de suas aulas e na escolha de recursos pedagógicos mais assertivos para se garantir aprendizagem.**

É fundamental que as formações ofertadas ao professor, dentro e fora da escola, dêem suporte à concretização de seu plano de trabalho. Cursos, reuniões e horários pedagógicos coletivos precisam estar integrados a um plano de formação continuada que atenda a um novo perfil profissional. Tal plano não pode restringir a atuação do professor à docência, mas deve promover e ampliar suas competências para investigar sobre a aprendizagem, para sistematizar e produzir conhecimentos de natureza prática e para ter sua atuação profissional como objeto de reflexão constante.

7- Gestão escolar articulada a demais políticas, serviços e agentes do território

Embora a escola não faça assistência social, não faça saúde, não substitua o conselho tutelar, é esperado que ela os conheça e aja conjuntamente com esses serviços. Para desempenhar bem sua função de educar e formar é fundamental que a escola conheça e dialogue e atue com organizações e sujeitos sociais do território, sem perder sua especificidade.

São as articulações que costuram a oferta de oportunidades e de acessos a serviços, aprendizagens e relações no território. A articulação passou a ser peça-chave, uma vez que os programas sociais (Bolsa Família, Peti...), cada vez mais, contêm arranjos multissetoriais e multiinstitucionais.

Já não há espaços para o exercício de uma liderança unidimensional; a liderança hoje terá que ser democrática e ganhar olhar multidimensional. É fundamental considerar as diferentes subjetividades, culturas e estruturas de conhecimento, que o território e os aprendentes já possuem, para assegurar um fluxo e trânsito de saberes, informações e práticas voltadas a produzir novas sínteses e novas descobertas.

8. Relações da escola com a família e a comunidade

Várias são as estratégias que favorecem o estreitamento de vínculos entre escola, famílias e comunidades.

O acolhimento dos alunos e famílias pelo diretor e professores – na entrada e saída da escola – pode ser muito estratégico, uma vez que neste espaço há sempre oportunidade para conversas informais e rápidas, mas que iluminam a prática escolar – essencialmente a aprendizagem – e produzem vínculos afetivos indispensáveis.

Visitas de professores da própria escola às famílias de alunos com dificuldades de aprendizagem também são uma prática de cunho pedagógico aplicada por algumas redes de ensino. Em Taboão da Serra/SP, professores, por adesão voluntária (remunerada), visitam famílias de seus alunos. Esta simples ação tem provocado efeitos na aprendizagem e na melhor convivência com a escola, tanto do aluno e de família, quanto em mudanças na relação do professor com seus alunos.

Em outras redes de ensino, as escolas instituíram os chamados **professores comunitários** que visitam famílias e comunidade visando maior conhecimento sobre a realidade de vida dos alunos e estreitamento de vínculos afetivos e socioculturais. **Os professores comunitários têm também a atribuição de promover articulação entre diversos espaços (culturais, lúdicos, esportivos, artísticos, tecnológicos) e sujeitos que ofertam atividades socioeducativas para crianças/adolescentes do território, integrando-os em um projeto político pedagógico de educação que reúne aprendizagens na escola e fora dela.**

Uma outra alternativa consiste em desenvolver ações articuladas entre diferentes serviços públicos e organizações comunitárias no território. Ações desse tipo quebram o isolamento e a hegemonia da escola, enquanto instituição que promove e socializa conhecimentos, em prol da revalorização, tanto do território quanto da população, como portadores de saberes, identidades, experiências e projetos de futuro. Colocam em

marcha fluxos de complementaridade e articulação interserviços capazes de produzir uma atenção integrada ao cidadão e à comunidade territorial.

9. Introdução de programas complementares em parceria com organizações do território.

Hoje se tornou tarefa importante mapear redes de serviços e vínculos sociorrelacionais existentes no território, assim como promover a circulação de crianças, adolescentes e jovens por essas redes. Esses sujeitos e suas famílias tornam-se mais vulneráveis, independentemente de sua renda e condições de moradia, quando possuem poucos vínculos sociorrelacionais.

Políticas públicas, da área da cultura, assistência social, esporte e meio ambiente já introduzem, em diferentes localidades, uma diversidade de ações/programas socioeducativos com o objetivo de proporcionar ao grupo infanto-juvenil a ampliação do universo cultural; aprendizados de iniciação tecnológica e de inclusão digital; aprendizados no campo esportivo, da consciência e trato ambiental; enfim, aprendizagens básicas que se deslocam da escola, mas com ela se complementam.

Cabe à escola integrar ao seu projeto pedagógico aprendizagens desenvolvidas em outros espaços, no cotidiano familiar e na comunidade, nos espaços de lazer, na convivência com amigos, nas organizações sociais e no contato com diferentes meios de comunicação.

Todas essas ações podem se efetivar dentro ou fora da escola, em equipamentos da comunidade; podem se valer de recursos propiciados pelo município e pela política de educação, ou mesmo por agentes da sociedade e da comunidade. Hoje, programas como o “Mais Educação” (iniciativa do MEC) viabilizam a implementação destas oportunidades.

Mas, é preciso atenção! Muitas vezes o diretor da escola permite a entrada de projetos com pouco interesse e poucas vantagens de ganhos reais de aprendizagem para os alunos. É preciso saber selecionar o que é prioritário para a escola a partir do diagnóstico, do projeto e das metas estabelecidas. Caso contrário, pode-se gerar um ativismo de ações que não convergem para alimentar o que é fundamental para a efetivação do plano traçado.

10. Práticas que dizem respeito ao desenvolvimento da convivência social.

O desenvolvimento da convivência social inicia se com o acolhimento que a escola promove junto a seus alunos, suas famílias e comunidades, envolvendo-os como sujeitos que

ensinam e que aprendem, na perspectiva de restaurar a confiança social perdida no serviço público.

Redes de sociabilidade sociofamiliar e territorial tecem vínculos de proximidade e produzem o que chamamos de sua potência: a confiança social, ou seja, o maior capital social que a comunidade nos oferece.

Observa-se hoje a retomada da importância de se desenvolver a convivência social - conteúdos e práticas voltados à apropriação de valores e atitudes promotoras do convívio. Alguns programas nessa linha colocam ênfase no convívio escola e comunidade, como é o “Escola Aberta” nos fins de semana. A iniciativa visa possibilitar que alunos, pais, moradores da comunidade usufruam de atividades esportivas, lúdicas e culturais, na perspectiva de desenvolver relações de proximidade e convívio entre agentes da escola e da comunidade.

11 - Práticas de enfrentamento da violência pautadas na realização de uma justiça restaurativa no interior da escola

A justiça restaurativa é uma das novas correntes adotadas pelos juizados da infância e juventude. Trata-se de um processo que promove o encontro entre agredido, agressor e mediadores da escola e da comunidade. O objetivo é a reflexão conjunta na qual argumentos de todos os implicados são considerados com vistas ao estabelecimento de consensos, resolução do conflito e reparação de danos.

Concretamente isso significa que o foco não está em fazer desaparecer da escola a agressividade e o conflito, mas regulá-los pela palavra/diálogo - ficando bem entendido que a violência é reforçada na medida em que a palavra se tornar impossível.

Questões

Como nós, fundações empresariais e organizações da sociedade civil, podemos aportar contribuições e participar da melhoria da aprendizagem de alunos do segundo ciclo?

Como a escola pode contribuir efetivamente para minimizar a desigualdade social e garantir aprendizagem para todos os alunos do segundo ciclo?
--

Na sociedade brasileira é a escola pública que efetivamente pode democratizar as oportunidades de aprendizagem para a maioria. Entretanto, ao invés de cumprir com essa missão, no segundo

ciclo do Ensino Fundamental ela produz desigualdade social, atestada pelos altos índices de reprovação e evasão que excluem milhares de alunos de suas possibilidades de aprendizagem. Para boa parte dos que permanecem na escola, não garante aprendizagem suficiente para que vivam no mundo contemporâneo e caminhem com mais autonomia.

O que é preciso levar em conta para construir um modelo de organização escolar mais próximo da realidade, da cultura, das necessidades e potencialidades dos alunos do segundo ciclo?

No mundo contemporâneo, a escola de Ensino Fundamental, sobretudo no segundo ciclo, vem perdendo, cada vez mais, a capacidade de diálogo e deixou de ser referência para os alunos (principalmente para os que vivem em situação de maior vulnerabilidade) ao insistir em manter um modelo já exaurido de escolaridade que produz cotidiano monótono, atividades repetitivas, ensino e aprendizagens livrescos, incompatíveis com tempos e espaços reais de inserção, de comunicação e de interação das novas gerações.

Como potencializar a atuação de lócus de formação inicial e continuada do professor em prol de um desenvolvimento profissional que lhes assegure domínio de conhecimentos e desenvolvimento de competências compatíveis com as dimensões implicadas na sua atuação de gestor do processo de ensino-aprendizagem? O que fazer com o absenteísmo expressivo de professores nas escolas públicas?

A preparação de professores que atuam no segundo ciclo do Ensino Fundamental é fruto tanto da formação inicial, que acontece nas instituições de ensino superior, quanto da formação continuada, promovida pelos sistemas de ensino no qual esses profissionais se integram e, sobretudo, pelas oportunidades formativas que a própria escola em que atuam lhes oferecem.